

O risco da impunidade

SOMENTE a resistência do janelão de vidro fundido ao lado do qual Sarney estava sentado, no ônibus em que deixou o edifício do Paço Imperial, evitou que se consumasse o atentado à sua pessoa, cujas conseqüências seriam imprevisíveis.

EM qualquer país civilizado, uma tentativa de agressão física ao Chefe de Estado é considerada como fato de extrema gravidade. A circunstância de ocorrer numa homenagem popular ou numa veemente manifestação de protesto pode constituir agravante ou atenuante. Mas não retira a exigência de uma rigorosa investigação e a imediata aplicação dos dispositivos legais vigentes, isentando-se aqueles que, presentes aos acontecimentos, limitaram-se a vaias ou aplausos, empunhando cartazes ou faixas.

SE A legislação em vigor é produto do sistema ditatorial, cabe ao Poder Legislativo substituí-la. Quanto ao Executivo, não lhe resta outro caminho do que dar cumprimento às prescrições jurídicas. A ordem democrática, se desrespeita a lei, equipara-se a qualquer regime de arbítrio.

O EMPREGO de utensílios de trabalho como instrumento de agressão é notoriamente recomendado nas cartilhas de guerrilha urbana, sob o argumento de que podem ser transportados sem despertar suspeitas. Os precedentes são conhecidos.

HÁ ALGUNS meses, quando se desenvolvia a campanha eleitoral, o grupo de ação popular denominado "Brizolândia" realizou diversas operações — que coincidiam com as visitas ao Rio do Presidente Sarney e líderes do PMDB — utilizando pane-

lões e ferramentas em atos de violência contra adversários.

POR ESSA razão, o ex-Governador Leonel Brizola, no seu comunicado nº 4, "sobre as deploráveis ocorrências envolvendo a comitiva presidencial", distribuído à imprensa no último dia 28, reconheceu que sempre empenhou-se em dar proteção àquele Presidente para cujo mandato pretendia um prolongamento por mais dois anos, excluindo expressamente o nome do Presidente Sarney: "Durante 4 anos, recebi o Presidente Figueiredo aqui mais de uma dezena de vezes e nunca houve problemas desse gênero". Esclarecendo que "nunca permitiu" que "as manifestações ficassem à distância de uma simples pedrada", concluiu dizendo: "Durante o meu governo, jamais o Presidente passou um simples vexame".

AS REUNIÕES dos ministros militares convocadas para examinar os fatos em questão, tendo em vista que envolvem a segurança do Presidente da República, são decorrências normais de suas atribuições. Só podem alarmar aqueles que escondem objetivos inconfessáveis de manobras golpistas no sentido de conduzir o País a uma ruptura na ordem constitucional vigente que as Forças Armadas estão empenhadas em manter, conforme reiteradamente vêm afirmando.

O RISCO para a continuidade da abertura política não está na vigilância e na atuação dos setores legalmente incumbidos de assegurá-la.

PODERÁ estar na impunidade dos que atentarem contra a mesma, por expedientes casuísticos ou violência.